

Para acelerar o ritmo

CORREIO BRAZILIENSE

10 ABR 1990



É mais fácil o Congresso aprovar o texto original da Medida Provisória 168, aquela do congelamento dos ativos financeiros, do que o projeto alternativo do relator peemedebista Osmundo Rebouças. A decisão pode inclusive sair antes do que se espera. Além de haver um consenso entre os parlamentares a respeito do desgaste que a imagem do Congresso sofreria com o esgotamento do prazo sem a votação de todas as medidas, as bancadas de esquerda dão sinais de rever sua tática obstrucionista.

Foi para isso que se reuniram, no final da manhã de ontem, representantes do PDT e de outras legendas de esquerda, ausente o PT, com o líder do PMDB, Ibsen Pinheiro. "Se eles quiserem, podem mesmo funcionar como rolo compressor e, ao obstruir, nós estaríamos apenas retardando a aprovação, sem nada conseguir", explicava um deputado do PDT. Foi a partir daí que se chegou ao acerto para modificar dispositivos da política salarial proposta pelo Governo, a Medida 154. O PSDB ficou como fiel da balança entre o bloco do Governo, oficialmente com 216 votos, e o ocasional bloco do PMDB com as esquerdas, em tese somando 206. A proposta dos tucanos, ainda que possa sofrer um veto posterior, terminou aceita, introduzindo um novo fator de correção das perdas com a inflação.

Ibsen mostrava-se satisfeito com a retomada do diálogo com a esquerda, mas evitava comprometer-se com mudanças na Medida 168. A posição dura do Governo, contra elas, repercutiu entre os peemedebistas, que já encaravam com restrições as alterações do relator Rebouças. Um problema adicional está em que o seu texto impede até que o Planalto vete as modificações que julgar inconvenientes, porta que a cúpula do

PMDB pretendia deixar aberta.

É o que acontece com as alterações feitas na Medida Provisória 151, que extingue as estatais. O secretário de Administração, João Santana, anunciou ontem mesmo que o Governo não hesitará em apor vetos às modificações — estas sim feitas de forma aditiva, o que facilita o veto — que o impedem de proceder aos cortes pretendidos. O mesmo poderá ocorrer com dispositivos da política salarial.

Contra o projeto de Osmundo Rebouças estão inclusive as bancadas de esquerda. O deputado Luiz Inácio Lula da Silva criticou-o duramente: para o ex-candidato petista, a medida provisória de Collor é recessiva, mas a alternativa do relator peemedebista, além de recessiva, traria a hiperinflação. Essa é a posição assumida basicamente pelos economistas do PT, favoráveis a diversos pontos do plano.

Ainda há, porém, algumas idéias em jogo. A chamada **casadinha**, operação que permite a retirada de cruzados congelados na mesma medida dos cruzeiros que permanecerem por seis ou oito meses em cadernetas de poupança novas, encontra alguma resistência em certas áreas do Governo, mas merece luz verde em outras, revelava o senador Albano Franco, do PRN.

O Congresso agora quer pressa. "Nada pode ser pior para a instituição do que deixarmos passar o prazo", sentenciava ontem o deputado Ulysses Guimarães, defendendo uma inversão de pauta que colocasse a Medida 168 antes das demais — por enquanto priorizadas justamente por serem menos polêmicas. Ulysses, aliás, vem mostrando uma desenvoltura cada vez maior, inclusive ocupando com frequência um lugar na Mesa Diretora. Irritado com o que considerava lentidão do senador Nelson Carneiro ao presidir a sessão, o deputado pernambucano Nilson Gibson chegou a propor ontem, da tribuna, que a condução dos trabalhos fosse passada de uma vez a Ulysses, para que lhes imprimisse o ritmo do final da Constituinte.